

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2008
(do Sr . Vanderlei Macris)

Solicita sejam requeridas informações ao Senhor Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a base de dados, ou banco de informações para alimentação do Suprim - Sistema de Suprimento de Fundos.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações Senhor Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a base de dados, ou banco de informações para alimentação do Suprim - Sistema de Suprimento de Fundos:

- 1) Quais os servidores vinculados à Secretaria de Relações Institucionais que tem acesso às bases de dados existentes para o controle de gastos com suprimentos de fundos de cartão corporativo do Governo Federal?
- 2) Algum servidor vinculado à Secretaria de Relações Institucionais participou de reunião ou grupo de trabalho visando a implementação, elaboração, alimentação do referido banco de dados, ou dispõe de senha de acesso ao mesmo? Caso afirmativo solicito listagem dos nomes.
- 3) A Secretaria de Relações Institucionais acompanha ou faz parte de investigação ou apuração de responsabilidades pela divulgação não autorizada de informações de banco de dados sobre suprimentos de fundos e cartões corporativos da Presidência da República?

JUSTIFICAÇÃO

A Agência G1 e a Globo News divulgaram notícia em 31 de março de 2008, sob o título: “Múcio diz que ‘alguém teria montado suposto dossiê sobre gastos de FHC’”. Diz a notícia:

“Ministro das Relações Institucionais reafirmou que governo não montou dossiê.

Segundo ele, vazamento pode ter tido objetivo de afetar ministra Dilma Rousseff.

Do G1, com informações da Globo News

O ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, disse que “alguém” teria montado um suposto dossiê com informações sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele reiterou que a ação não partiu do governo.

Segundo o ministro, o material divulgado teria sido retirado de um banco de dados.

“O governo continua afirmando que não fez dossiê. Alguém tirou informações de um banco de informações e montou esse dito dossiê que foi entregue a alguns segmentos da imprensa”, disse.

Segundo ele, o vazamento pode ter tido o objetivo de criar atritos com a oposição ou de afetar a imagem da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Na semana passada, uma reportagem do jornal “Folha de S. Paulo” afirmou que a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, foi quem deu ordem para a produção do documento.

O governo nega o dossiê e diz que está produzindo um banco de dados com informações tanto sobre o governo passado quanto sobre o atual.

“Essa pessoa [que divulgou os dados] pode ter tido o interesse de criar algum embaraço do governo com a oposição, pode também alguém ter (tentado) atingir a ministra Dilma por ela ser responsável pelo PAC. Só quem vai poder responder essa pergunta é a pessoa, quando for identificada, dizer por que fez isso”, afirmou.”

A Coluna do jornalista Cláudio Humberto de 2 de março de 2008 publicou:

“Múcio: dossiê ressuscitou a CPI

O ministro José Múcio (Relações Institucionais) afirmou a esta coluna que o dossiê anti-FHC foi uma atitude criminosa de funcionário do Palácio do Planalto e que ele deve aparecer o quanto antes para assumir o que fez. O ministro insiste que o governo não tinha interesse em fazer isso, até porque, segundo ele, se o objetivo era esvaziar a CPI dos Cartões Corporativos, o escândalo é que ressuscitou a comissão.

Numerologia

José Múcio deu números ao dossiê: ele é composto de 295 informações sobre gastos do ex-presidente FHC, retiradas de um total de 20 mil itens. “

A seguir a íntegra de Nota divulgada pela Casa Civil em 28 de março de 2008:

“1. Com relação à matéria de capa da Folha, de 28/03, a Casa Civil reafirma que, em momento algum, organizou qualquer dossiê com denúncias sobre o uso de cartões corporativos e contas tipo B no governo anterior. O que o jornal insiste em chamar de dossiê são fragmentos de uma base de dados em fase de digitação para alimentação do SUPRIM-, que visa unicamente organizar os dados relativos aos gastos com suprimento de fundos desde 1998 até hoje,

fato já explicado em nota de 22/03. Trata-se de uma ferramenta de gestão e não de um dossiê.

2. O vazamento desses fragmentos da base de dados para a imprensa é lamentável. Algumas das informações estão cobertas por sigilo e sua divulgação contraria a legislação vigente. Por isso mesmo, a Casa Civil instituiu comissão de sindicância para apurar o episódio, composta por funcionários estáveis da Advocacia Geral da União, da Controladoria Geral da União e da própria Casa Civil.

3. A matéria, de forma maliciosa, dá a entender que a secretária-executiva, Erenice Guerra, teria assumido a responsabilidade de "organizar processo de despesas de FHC, isentando a chefe (no caso, a ministra Dilma Rousseff) de ter tomado a decisão". Isso não é verdade. Se "processo de despesas de FHC", nas palavras do jornal, é sinônimo para dossiê, a secretária-executiva nunca assumiu essa responsabilidade pelo simples fato de que nunca existiu qualquer dossiê. Se a expressão anterior refere-se à alimentação de base de dados do SUPRIM, não haveria motivo para a insinuação maldosa. Afinal, trata-se de uma ferramenta de gestão cuja supervisão é competência institucional da Secretaria-Executiva, na forma do regulamento que disciplina as competências da Casa Civil.

4. Quanto à suposta reunião, que segundo a Folha, teria sido convocada pela secretária-executiva com "membros da secretaria de Administração, da Secretaria de Controle Interno da Presidência e de outras áreas da Casa Civil", para organizar uma força-tarefa para produzir o chamado dossiê, a Casa Civil afirma peremptoriamente que tal reunião nunca ocorreu.
Casa Civil da Presidência da República."

As informações que ora requeremos são de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2008.

Deputado VANDERLEI MACRIS